

PRESIDENTA, MULHER SAPIENS E OUTRAS COISAS MAIS: OS DISCURSOS DE PRECONCEITO DE GÊNERO NAS PUBLICAÇÕES DA MÍDIA E SUA RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

**Rosiane Alves Palacios
Carolina Freddo Fleck**

RESUMO

O presente estudo se propôs a traçar um argumento interligando o fenômeno do Teto de Vidro e a Teoria Weberiana da Legitimidade do Poder e comprová-lo a partir da análise de textos e reportagens de jornais e revistas eletrônicas sobre a ex-presidente da República Dilma Rousseff. Analisando as possíveis indicações de preconceito de gênero presentes nos textos e sua relação com a construção da imagem da presidente e a possibilidade de vigência de legitimidade de poder nos seus mandatos. Para a concretização da investigação, foi utilizado o método de investigação narrativa onde as técnicas de coleta e análise de dados foram respectivamente a análise de documentos e de discurso. Foram coletados textos relacionados à Dilma Rousseff em sites de jornais e revistas eletrônicas de grande circulação utilizando-se os filtros “Dilma Rousseff”, “mulher” e “gênero”. A associação das teorias trouxe elementos para a análise das nuances do poder se levado em conta o gênero e o entendimento do papel do preconceito de gênero em publicações da mídia que por noticiar textos com foco em características de gênero e também de preconceito; participou da construção da imagem pública da ex-presidente.

Palavras-Chave: Dilma, Poder, Gênero, Mídia, Política, .

PRESIDENT, WOMAN SAPIENS AND OTHER THINGS: GENDER PRECONCEPTION DISCOURSE IN MEDIA PUBLICATIONS AND ITS RELATIONSHIP WITH THE IMAGE CONSTRUCTION BY PRESIDENT DILMA ROUSSEFF

ABSTRACT

The present study proposed to draw an argument connecting the phenomenon of the Glass Ceiling and the Weberian Theory of Power Legitimacy and corroborate it from the analysis of texts and newspaper articles and electronic magazines about the former Brazilian President Dilma Rousseff. Analyzing possible indications of gender preconception in the texts and their relation with the construction of the image of the president and a possibility of validity of power legitimacy in their mandates. For the investigation the narrative investigation was used as a method. Data collection and analysis techniques were, respectively, documents and discourse analysis. Texts related to the president of Brazil, Dilma Rousseff, were collected on websites of newspapers and electronic magazines of great circulation using the filters "Dilma Rousseff", "woman" and "gender". The association of theories brought elements for the analysis of the nuances of power if one took into account the gender and the understanding of the role of gender bias in media publications that for reporting texts focused on gender characteristics and also of prejudice participated in the construction of Public image of the former president

Keywords: Dilma, Power, Gender, Media, Policy

INTRODUÇÃO

A partir do século XX, os meios de comunicação passaram por grande expansão. A mídia, além de noticiar fatos que ocorrem em escala local e global, auxilia os leitores e/ou telespectadores na formação de opinião. De meros canais de comunicação, transitaram ao papel de influentes estações de aprendizado; passaram a ser motivadores das pautas de conteúdos públicos e parametrização para que seus expectadores entendam a política, o mundo e a globalização, também exercendo “influência notória na vida política ao colaborar para a criação da imagem dos líderes políticos e sociais, assim como dos indivíduos influentes na esfera cultural” (SAPERAS 2000 *apud* GUAZINA, 2007, p.52).

Conforme Guazina (2007), na área da Comunicação o termo “mídia” é amplamente adotado para relatar os episódios que derivam do processo político. A palavra mídia é empregada para tentar demonstrar a influência institucional bem como a atuação dos meios de comunicação no meio político da atualidade. No Brasil, foi só após o *fenômeno Collor*ⁱ nos anos 90 que pesquisadores e escritores de várias áreas do conhecimento passaram a assentir a dimensão da influência da comunicação de massa no sistema político.

Para Maria Helena Weber (2007) atualmente, os caminhos da política disputam com intensidade, janelas de evidência na mídia se utilizando de estratégias abstratas para possibilitar vínculos e render informações que tenham boa capacidade de repercussão. Em tal processo é moldada a Imagem Pública que se deseja (das organizações, figuras públicas e representantes políticos), nas fronteiras existentes entre harmonia e rivalidade de interesses dos sujeitos políticos. Ocorre a composição do *espetáculo político-midiático*ⁱⁱ que parte do cruzamento dos poderes da política, da sociedade e da mídia.

O fruto de rivalidades simbólicas manifestadas para o imaginário popular, a procura de respostas; resulta na Imagem Pública, que é o apontador da opinião pública e tem sua aplicação na constante competição política em conjunto com a sociedade e a mídia. Essa rivalidade é concebida, por exemplo, como necessária para a realização de pleitos eleitorais, época em que é fundamental que o candidato ateste habilitação para exercer representação política e, para tal, são realizadas propagandas onde ocorrem competições fundadas sobre a verdade de fatos que dependem da área jornalística e a verdade atestada pelo cumprimento da plataforma política (WEBER, M.H., 2009). Usada como definição que narra a soma das exterioridades, aparências, posições e condutas políticas e institucionais, na Imagem Pública há dispositivos para conturbar a transparência e credibilidade de indivíduos e organizações (WEBER, M.H., 2004). Em suma, quem tiver poder financeiro, político e midiático poderá controlar a formação de sua Imagem Pública, pois esta é uma ideia manipulada que se apoia em arcabouços estratégicos orientados à elaboração e à concepção da imagem de algum ator político ou mesmo alguma instituição; pela comparação da capacidade de visibilidade obtida e por registros a respeito de costumes e condutas pessoais (WEBER, M.H., 2009).

Os acontecimentos e os agentes da política, “vistos e ouvidos, obedecem a perspectiva de que podem alternar a visibilidade e o segredo; definir a opinião sobre a política; ampliar ou desviar o foco sobre verdades e controlar o impacto de decisões.” (WEBER, M.H., 2009 p.11-12). Esse sistema independe dos espaços nas mídias, estabelecidos pela autoridade editorial e agregados aos demais interesses do jornalismo e da mídia; ele é definido pela geração de informações, publicidade e propaganda publicadas no campo da comunicação institucional capitaneado e garantido pelas mediações e relações diretas da comunicação, abarcando os meios digitais que têm repercussão indomável (WEBER, M.H., 2009).

Já a política objetiva nortear e liderar as massas utilizando-se de variados meios para assegurar o mando e a autoridade em relação ao povo e ao rumo das nações. Compreende a disputa por poder, utilizando-se o indivíduo ou o grupo que almeja obter poder, de estratégias e procedimentos que visem assegurar a conquista e conservação do poder adquirido. A partir da apoderação, a ação política sugere a busca por mais poder e ou por sua expansão (GUAZINA, 2007). Para Bergue (2010) o exercício do poder, portanto, está intrínseco à política e ao desempenho de cargos de representação pública. Embora o poder e suas relações envolvam alguns fatores que serão abordados ao longo do trabalho, de forma bastante sucinta, o indivíduo que detém certo grau de poder e sapiência ou que ocupa algum posto que implique em autoridade deve assegurar, para que haja a manutenção de seu posto, que exista certo nível de legitimação em relação aos indivíduos que a ele são subordinados. Independentemente da ocorrência de resistência de um indivíduo ou de uma parcela destes (WEBER, M., 2012).

Weber, M. (2012) relata bem estes pontos na teoria que desenvolveu uma teoria para explicar as relações entre poder e dominação. Bergue (2010) ao falar sobre a teoria de Weber relata que tal fenômeno acontece em circunstâncias em que ocorre intercâmbio de benefícios, onde sujeito que satisfaz o desejo do indivíduo detentor de poder o faz por algo além da imposição; pela legitimidade reconhecida no agente dominante.

Os atributos que um líder deve apresentar para que seja considerado legítimo do ponto de vista sociológico variam conforme localização, cultura, e entre outros, mas existe uma teoria que considera que a mulher apesar de já exercer cargos que demandam poder ainda apresentam dificuldades no desempenho dos mesmos. Esta teoria é denominada *Glass Ceiling Phenomenon* ou fenômeno do Teto de Vidro que segundo Steil (1997) narra a presença de empecilhos que de tão sutis podem passar quase imperceptíveis, mas que persistem até os dias de hoje e são suficientes para inibir o curso do desenvolvimento de poderio e a ascensão de mulheres à papeis de liderança, afetando as mulheres individualmente e por consequência, o gênero feminino de forma coletiva.

A Teoria do Teto de Vidro se detém a falar sobre as mulheres e o mercado de trabalho; suas dificuldades de ascensão a cargos hierárquicos, mas ainda não fala sobre a mulher e as nuances do exercício de cargos públicos que também demandam certo grau de hierarquia. Já a Teoria da dominação de Max Weber coloca quais características e atributos devem ser percebidos para que um indivíduo exerça o poder de fato.

Com base nas duas teorias, constrói-se a hipótese de que o conceito de Poder e Legitimidade de Max Weber e a teoria do Teto de Vidro podem estar entrelaçados a partir do momento em que se pode observar que os direitos conquistados pelas mulheres no que diz respeito a elegibilidade e à possibilidade de provimento de cargos públicos, pode conter rupturas, no momento em que mulheres, uma vez eleitas, têm seus mandatos legítimos e amparados do ponto de vista legal, mas falta-lhes legitimidade e representação de poder do ponto de vista sociológico, pois a sociedade ainda não reconhece legitimidade no exercício do poder por parte de uma mulher. Ou seja, atualmente no Brasil, as mulheres são elegíveis; apenas uma pequena parcela de mulheres consegue preencher cargos de representação política, mas tem-se a dúvida se as mesmas conseguem realmente exercer o poder em seus mandatos.

Conforme Perrot (1988) para a sociedade a política é uma ciência a qual a participação não compete ao gênero feminino. Esta ideia não é privativa de indivíduos do sexo masculino, mas de ambos os sexos. Ainda conforme Perrot, ao prestigiar somente o campo social e o campo informal as mulheres estão propensas a menosprezar a política reforçando a prática de condutas arcaicas, de que mulheres precisam de

permissão para se inserir no ramo da política uma vez que historicamente as relações de poder são prevalecentes entre os gêneros.

Assim sendo, o presente estudo se propôs a traçar um argumento interligando o fenômeno do Teto de Vidro e a Teoria Weberiana da Legitimidade do Poder e corroborá-lo a partir da análise de textos e reportagens de jornais e revistas eletrônicas sobre a ex-presidente da República Dilma Rousseff analisando-se as possíveis indicações de preconceito de gênero presentes nos textos e sua relação com a construção da imagem da presidente e a possibilidade de vigência de legitimidade de poder nos seus mandatos.

PODER E DOMINAÇÃO SEGUNDO MAX WEBER

Max Weber (2012) entende a dominação como um tipo singular de poder. Para o autor a dominação é concebida no momento em que um propósito pertencente a um dominador ou a agentes dominantes é evidenciado para que intervenha nas ações e nas práticas dos indivíduos dominados. O dominador ou os agentes dominantes atingem seu objetivo, a dominação, quando os dominados se apropriam do propósito explicitado e o praticam tal qual um propósito próprio, sem que tenham a dimensão de que este propósito é o privativo do dominante. Ainda conforme Weber, M., (2012) o domínio se revela operativo sobre os mandados conforme elementos como a intuição, a inspiração ou a persuasão racional e também pela combinação de tais fatores que são determinantes para que ocorra a resposta esperada pelos mandatários.

Os indivíduos denominados mandados são capazes de acolher os mandatários por meio de temor e persuasão, convencimento de concordância, por imposição, costume ou para a obtenção de ganhos pessoais. É fundamental que aconteça uma fundamentação das práticas típicas do dominante conforme as concepções da legitimação do poder, isto sendo para que a dominação possa se firmar (WEBER, M., 2012). O valor do poder e da dominação é posto por meio do agrupamento de diretrizes coesas que são definidas ou pactuadas. É através das normas que ocorre o acatamento em relação ao dominante. O mandatário é legitimado por um conjunto de preceitos e seu poder concebido como genuíno no tempo em que o estiver praticando em conformidade com o roteiro estipulado. Há um respeito muito maior às regras do que à pessoa do mandatário, porém, o poder pode ser respaldado pela autoridade pessoal verificada (WEBER, M., 2012).

Para Weber, M. (2012) o poder de mando em autoridade pessoal se fundamenta na tradição; no que é costumeiro, clássico e habitual e que é capaz de manter acato perante alguns sujeitos ou, do contrário, está apoiado na fé no sobrenatural; no carisma através de pessoas que sejam capazes de conferir amparos ou benefícios; tidos como profetas paladinos ou heróis. Ainda conforme Weber, M. (2012) esses arquétipos de líderes configuram o que o autor batiza como os tipos fundamentais puros da estrutura de dominação. A fusão desses tipos puros origina os perfis e contribui para a consolidação da dominação.

Weber delimitou três tipos de dominação. Segundo o autor, o dominante pode apresentar os perfis carismático, tradicional ou racional-legal. É por meios destas três categorias de dominação que o dominador impõe legitimidade ao dominante. Um dominador não exerce exclusivamente um tipo de dominação; pois ao ocorrer a dominação manifestam-se, mesmo que tênues, características dos demais tipos (WEBER, M., 2012).

Conforme Weber, M., (2012) o poder carismático decorre da existência de predicados distintos, tidos como extraordinários, e se manifesta quando são outorgadas

atribuições, poderes ou características sobrenaturais a certo sujeito. De uma forma geral, líderes e governantes dos meios políticos, dispõem de apurado carisma, esta característica figura como importante artifício de dominação de povos e grupos (BERGUE, 2010).

O poder tradicional provém da crença na primazia dos costumes. A conformidade e a obediência são conferidas ao sujeito que melhor simboliza a tradição e exprime os costumes próprios de uma localidade (WEBER, M., 2012). Para Bergue (2010) as influentes famílias tradicionais; cujo posto se origina da via histórica na conjuntura econômico-financeira e ou política de determinado local, são espécimes da figura deste tipo de poder. Ainda conforme Bergue (2010) neste tipo, a lealdade dos discípulos do líder tradicional determina o gênero das regras a serem estipuladas.

O tipo racional-legal como figura de legitimação do poder está na crença do povo na licitude; no campo do direito; nas normas e nas leis. O sujeito que cumpre tal padrão de dominação o exerce em razão da racionalidade (WEBER, M., 2012). Conforme Bergue (2010) a fé comunitária na legalidade das normas e atos da administração, tanto as leis desenvolvidas pelos mandatários quanto às normas que sustentam sua condição de liderança são o que dão legitimidade ao poder racional-legal.

A dominação na perspectiva da gestão parte do pressuposto de que seja qual for o tipo de administração é vital que exista algum tipo de dominação, pois para que ocorra o gerenciamento é necessário que o poder esteja nas mãos de algum indivíduo. Referimo-nos à dominação no sentido da compreensão de que o dominante é uma figura de poder onde o dominado o legitima como essa figura, onde um representante político é agente dominante no momento em que é eleito, porque se entende que ele é legitimado ou posterior à investidura em cargo público por ser uma figura tradicional ou por se mostrar carismático.

A administração pública tem relações de poder distintas das demais áreas. Para Bergue (2010), os órgãos e as entidades públicas apresentam ambientes de interação multiforme entre os indivíduos e os grupos ao qual pertencem; nesses espaços ocorre rivalidade contínua por poder. Os indivíduos e grupos presentes nos múltiplos espaços públicos apresentam interesses bastante diversos, logo as relações de poder podem ocorrer de variadas formas.

Conforme Weber, M. (2012) geralmente quando a ação social de um sistema de dominação se baseia na conexão associativo-racional, o respectivo tipo puro é a burocracia. A ação social fundada em poder tradicional é cumprida pelo modelo patriarcal; o arranjo da dominação carismática é mantido pelas autoridades que apresentem características que não sejam embasadas nem nas ideologias racionais nem nas tradicionais.

A TEORIA DO TETO DE VIDRO

Conforme os relatos de Steil (1997) o *Glass Ceiling Phenomenon* ou a Teoria do Teto de Vidro foi desenvolvida nos Estados Unidos na década de 1980, a fim de elucidar a existência de desigualdades recorrentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho. A teoria partiu da hipótese de que no preenchimento dos postos de trabalho existem barreiras sutis e que podem aparentar serem invisíveis, mas, que existem e que dificultam a ascensão de mulheres a cargos de elevada hierarquia dentro das organizações privadas. A justificativa para esta pormenorização entre sexos seriam as ancestrais disparidades entre gêneros.

O estudo de tal fenômeno investiga as diferenças e disparidades vivenciadas pelo gênero feminino em relação ao masculino ao longo da evolução do processo de

ascensão no mercado de trabalho. De acordo com Morrison e Glinow (1990) a maior parte das mulheres se encontra desempenhando cargos que exigem um raso grau de autoridade e proventos. Esta realidade não é exclusividade de organizações privadas uma vez que tal cenário não é raro em organizações públicas ou pedagógicas e entre as mulheres que têm obtido acesso a altos cargos executivos. Na maior parte dos casos, existem discrepâncias nos salários e no reconhecimento profissional, se comparados aos homens (MORRISON E GLINOW, 1990). Todavia, conforme Jones (1986 apud Steil 1997, p. 64) as discussões sobre os processos de seleção que pretendem indicar indivíduos à posições superiores em cargos de alta colocação dentro das empresas, são subjetivos e plurifacetados e a diferenciação ofertada às mulheres no que diz respeito ao provimento de cargos e a distribuição de melhores colocações nas empresas, diversamente do que se imaginava, está se transformando em conteúdo encoberto e insipiente.

Para Shipani et al (2009) a existência de inúmeros planos de carreira, cargos e postos classificados entre os que cabem aos homens e os que competem às mulheres; onde aos homens se atribui os de mais poder e status; é um cenário ainda vigente e que nutre a permanência do teto de vidro na sociedade. Os dogmas da dominação e da superioridade podem estimular pensamentos negativos sobre as aptidões de mulheres em relação a homens e se converter em caminhos falhos; onde o entendimento sobre capacidade e vocação se relaciona com os estudos da personalidade social do sujeito e que são irrelevantes para a área profissional (CHIES, 2010). Conforme Shipani et al. (2009) a equidade no ramo profissional teria que há muito ser uma prática pois, tendo a ciência caráter imparcial, esta deveria parar de enaltecer características que fazem parte de determinadas classes sociais, povos ou mesmo do gênero de uma parcela de indivíduos e, não mais deveria as propor como condições decisivas para a obtenção de sucesso ou atestação de capacidade.

Shipani et al. (2009) relata que nos Estados Unidos e na maior parte do mundo ocidental o teto de vidro é relacionado, de maneira equivocada, minimamente aos empecilhos estruturais e praticamente somente aos corporativos e que o evidente sexismo logra êxito ao contribuir para a limitada admissão de mulheres a altas posições hierárquicas, especialmente para indivíduos afrodescendentes que sejam do sexo feminino. Chies (2010) coloca que a resignação feminina em relação ao sexo masculino é uma concepção ativa da sociedade e que não depende de profissão ou ocupação e que dos subordinados aos mais elevados cargos, na maior parte dos casos, as mulheres serão menos valorizadas. Esta alegação colabora com o pensamento que prega que homens e mulheres, mesmo atuando em cargos de mesma importância, não podem obter o mesmo prestígio. Schipani et al. (2009) expandem tais hipóteses e declaram que homens e mulheres se propendem a utilizar tipos diversos de liderança e poder, e essas multiplicidades fortalecem os estereótipos e preconceitos da sociedade.

Steil (1997) coloca que estudos admitiram que a realização de atividades e projetos interessantes e desafiantes constitui um dos aspectos mais significativos tanto para homens quanto para mulheres em relação à sua capacitação para o desempenho de postos hierárquicos. São estes exercícios e projetos que fazem com que os pretendentes à certa vaga sejam instigados e visados; promovem motivação e a possibilitam a aprendizagem de saberes fundamentais para o bom desempenho de cargos do cume da pirâmide organizacional. Estas observações também indicam, de modo geral, que homens são menos propensos a confiar à mulheres a realização de trabalhos desafiadores do que são inclinados a entregar tais trabalhos a outros homens, mesmo que os aspirantes à uma provável promoção de cargo sejam de um e de outro sexo e possuam currículos equivalentes (STEIL, 1997).

Ainda de acordo com Steil (1997) as mulheres não contam com a mesma cobertura, tampouco com iguais encargos e desafios em posições similares, o que acaba influenciando totalmente no instante da eleição de indivíduos do gênero masculino em detrimento do gênero feminino. Os entraves que alimentam o fenômeno do teto de vidro ainda irão dificultar a prosperidade do gênero feminino por muitos anos, pois, não obstante ao fato de que as gestoras mulheres logram progressos mais velozes do que suas predecessoras anos antes, muito ainda falta a ser alcançado se forem pensados e comparados os direitos já obtidos pelo gênero masculino (MORRISON E GLINOW, 1990).

Nesse sentido, a teoria de Max Weber se entrelaça à teoria do teto de vidro, pois os requisitos estabelecidos pelo autor como imprescindíveis para o exercício do poder e, por conseguinte da legitimação deste, podem estar relacionados a mais um fator: o gênero, pois para as mulheres a dominação e a legitimidade podem demandar mais atributos ou podem estas acabar não alcançando a legitimação em sua plenitude.

MÉTODO

O presente estudo caracterizou-se como qualitativo, tendo caráter descritivo e exploratório, características justificadas pelo objetivo de identificar discursos de preconceito de gênero publicados pela mídia brasileira e a sua relação com a teoria do teto de vidro e a teoria de poder e dominação de Max Weber, analisando o que as reportagens trazem sobre a mulher no poder, especificamente no caso a Presidente Dilma, e se as mesmas a qualificam ou desqualificam por seu gênero. O método escolhido foi a investigação narrativa. As técnicas de coleta e análise de dados foram respectivamente a análise de documentos e de discurso. Foram coletados textos relacionados Dilma Rousseff em sites de jornais e revistas eletrônicas utilizando-se os filtros “Dilma Rousseff”, “mulher” e “gênero”. Os sites de jornais e revistas foram elegidos por popularidade de circulação e ou acesso. O site do Clic RBS, Diário do Comércio, e a Revista Isto é foram excluídos da pesquisa por não apresentarem reportagens efetivamente relacionadas à temática pesquisada. Os sites que tiveram reportagens analisadas: Revista Veja, O Estadão, A Folha de São Paulo e Correio Brasiliense. No total foram encontradas 2.883 reportagens. Considerando o tempo hábil pela pesquisa e a possibilidade de análise adequada, optou-se por selecionar cinco reportagens de cada site. As reportagens foram selecionadas por ordem de exibição na página de busca dos jornais.

Conforme Denzen e Lincon (2006) uma pesquisa qualitativa compreende territórios e áreas de investigação multifacetadas; que apresentam inúmeras terminologias, conceitos e hipóteses, pois, tal tipo de pesquisa abarca tipos de coleta de dados que irão reproduzir conjunturas, signos e questões da realidade dos indivíduos ou organizações. Para Gil (2010) os pesquisadores que escolhem trabalhar com este tipo de pesquisa têm uma ampla variedade de recursos de interpretação que se relacionam e levantam hipóteses antagônicas para os objetos de estudo. Esta pesquisa se justifica como qualitativa uma vez que a análise do teor e do discurso das publicações se fez mais relevante do que uma análise sobre a quantia de publicações relacionadas ao tema, por exemplo; o método utilizado permitiu uma análise mais profunda das publicações.

Para Orlandi (2003) no discurso se analisa o indivíduo falado; a análise do discurso entende a linguagem como um meio precioso entre o indivíduo e a sua realidade social, onde a análise não pode somente conceber a língua como sistema abstrato e sim como a maneira dar significado ao que foi expresso pelo indivíduo. A análise de discurso é importante no estudo, pois enriquece a pesquisa ao permitir que o

pesquisador possa fazer uma análise do que foi dito nas entrelinhas. Este tipo de análise foi importante nesta proposta de pesquisa, pois permitiu uma análise mais rica onde além da análise textual simples, foram analisados os pormenores contidos nos discursos que posteriormente compuseram uma análise relacionada ao que é proposto pelas duas teorias que o estudo se propôs a associar.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com os filtros Dilma, mulher e gênero, na espaço eletrônico da Veja foram encontrados aproximadamente 1.590 resultados entre os elencados em primeira página de busca, Augusto Nunes colunista da Veja no ano de 2014 em uma de suas publicações na coluna, intitulada *Dilma deveria ter lido em março de 2010 o aviso mediúcnico de Celso Arnaldo: Homo sapiens vale para os dois gêneros. Não tente inventar uma 'mulier sapiens'* escreve sobre o modo como Dilma se expressa em seus discursos e ironiza o fato de Dilma ter usado a expressão *homo sapiens* e mulher sapiens; cita Celso Arnaldo e seu livro, (o jornalista escreveu o livro “Dilmês: o idioma da Mulher Sapiens”), livro este que satirizou os discursos de Dilma como presidenciável, bem como presidente. “*Alertei-a*” para a hipótese absurda (no caso dela, já bastante provável) de que viesse a dizer “*Mulier sapiens*”, já que é obcecada por “questões de gênero”, mas não domina nenhum idioma humano” [...] “*Dilma parece ter desfeito as últimas conexões que uniam seu pensamento primário a um resquício de linguagem humana articulada e compreensível — pelo menos a linguagem do homo sapiens (um aviso a Dilma: mesmo no Dia Internacional da Mulher, homo sapiens vale para os dois gêneros — não tente inventar uma “mulier sapiens”, da mesma forma que você diz “aos brasileiros e às brasileiras”, “aos trabalhadores e às trabalhadoras)”*”.

O autor coloca que Dilma usa a expressão “*Mulier Sapiens*”, pois é obcecada por questões de gênero, que não sabe se expressar bem, utilizando substantivos masculinos e femininos em seus discursos justamente pela questão de gênero. A expressão *Homo sapiens* é empregada para os dois gêneros, pois se refere à espécie humana, logo, a presidente usa a expressão de forma equivocada, porém o colunista utiliza a colocação de Dilma para justificar afirmações de que a mesma não compreende o idioma falados pelos humanos, a desqualificando. Ao falar que Dilma tem um pensamento primário; que não domina uma linguagem humana, que é obcecada por questões de gênero, o colunista pode ter o objetivo de denegrir a imagem pública de Dilma, por mais que Dilma empregue uma expressão de forma errada, não pode ser ofendida enquanto pessoa. Os excessos de Nunes quanto ao sexismo podem se dever a uma necessidade de afirmação masculina devido ao ainda expressivo preconceito de gênero pois ao ter uma mulher no mais alto cargo da administração pública brasileira, seja ela quem for, pode em sua visão ser algo preocupante.

Em outra publicação da Veja batizada de *Valentina de Botas: Negligente com a língua e o país, Dilma Rousseff inaugurou o populismo de gênero*, do ano de 2016, Augusto Nunes ao criticar a forma como Dilma se referia ao nomear o cargo que ocupara (presidenta ao invés de presidente), diz que Dilma se intitula presidenta para criar uma figura mística e por ser populista, também ironiza uma colocação mais antiga da ex presidente em que ela teria dito em discurso que teria sido nascida e criada em cada um dos 26 estados da federação ao que Nunes escreveu: “*A essa farsante, não basta ser presidente, isso qualquer uma pode ser: ela é 'presidenta.*” [...] “*Autoritária como toda figura erigida na mentira, manipuladora como todo populista e de dentro do seu raquitismo intelectual e moral, na confluência de suas 26 reencarnações simultâneas geridas pelo único neurônio, jamais renunciará à construção mistificadora para compreender o*

Brasil e tornar-se tudo o que não é: apenas uma brasileira decente e, então, uma presidente decente”.

O colunista novamente se refere à forma como Dilma se expressa, utilizando a palavra *presidenta*, a intitula como farsante, sendo que a mesma foi eleita democraticamente e posteriormente fala até que Dilma não é uma brasileira decente e por isso não pode ser uma presidente decente. O autor pode estar colocando juízo pessoal de valor ao discorrer sobre a moral e decência da Presidente, porém, ainda assim, não coloca argumentos que embasem ou justifiquem tal afirmação; também questiona a inteligência de Dilma ao falar de “seu único neurônio” ironizando uma metáfora da Presidente sobre ter sido nascida em cada um dos estados brasileiros. Um representante político eleito democraticamente, mesmo não tendo a simpatia de todos, não pode ser julgado pelo senso comum ou ideias individuais como farsante, pois foi eleito pela maioria do povo. O autor pode não ver legitimidade em Dilma por não reconhecer nela características demandadas pela dominação conforme a teoria de Weber (2012), e inúmeras podem ser as motivações para tal, até mesmo o gênero da presidente por tratar-se da primeira mulher a ocupar tal posição, mas isso não lhe dá o direito de tentar denegrir a imagem da mesma.

Reinaldo Azevedo escritor de blog da Revista Veja escreveu: *DILMA ACHA O HOMEM BRASILEIRO MUITO MULHERZINHA. INTERPRETO SUA MISANDRIA*. Quando Dilma ainda era ministra em 2009, declarou: “Estou num país em que nenhum homem assume suas posições. Quando eu assumo, sou tachada de durona e mal-humorada” e em resposta à sua declaração, Reinaldo Azevedo escreveu um texto em sua coluna com um título sugestivo interpretando misandria por parte da Presidente: *“Dilma, como se nota, acha o macho brasileiro meio frouxo, meio bocó, meio bobalhão, aquilo que, na escola, antigamente, a gente chamava “mulherzinha”, em sentido pejorativo. É isso: Dilma acha o homem brasileiro muito mulherzinha. E, hoje em dia, felizmente, nem a mulher aceita ser mulherzinha”. “Acho que Dilma está mal acostumada e pode ter uma experiência deformada com homens.” O que há de comum entre Lênin, Stálin, Mao Tse-Tung, Lula, Guido Mantega e Aloizio Mercadante? Todos eles são maus exemplos de homens para a ministra Dilma Rousseff. Os três primeiros certamente ajudaram a compor seu imaginário juvenil de varões que “assumem posições”.*

O autor distorce uma declaração de Dilma (onde são desconhecidas as circunstâncias). Usando palavras e expressões pejorativas e preconceituosas escreve que Dilma acha os homens brasileiros sem energia moral; covardes e fracos e para atestar sua afirmação, o colunista chega a dizer que a Presidente os acha “mulherzinha”, termo que inferioriza as mulheres e é usado como xingamento. Posteriormente, sugere que por ter essa opinião à cerca dos homens, Dilma deve ter algum trauma com homens; fala de posições de uma forma que denota sexualidade e por fim cita nomes de alguns homens que são personalidades históricas, bem como o nome de políticos brasileiros alegando que estes seriam homens que mexeriam com o imaginário de Dilma, o autor centraliza um tom sexual na maior parte dos trechos da publicação. O colunista deturpa a colocação de Dilma utilizando um recorte de uma declaração da presidente e após sexualiza sua posição política ao falar do imaginário da governante. Usa o termo “mulherzinha”, bastante criticado atualmente por ser preconceituoso quanto a gênero, para classificar os homens. O texto é construído a partir de uma declaração onde Dilma coloca que é tida como mal humorada e durona; tal fala pode ser resultante de como a Presidente se sentia ao tomar posições demandadas por seu cargo, na época de ministra, em um ambiente repleto de homens. Conforme Chies (2010) a resignação feminina em relação ao sexo masculino independe de cargo ou posição, logo, provavelmente fosse esperado que Dilma adotasse postura mais passiva justamente por ser mulher pois como

disse Schipani et al. (2009) as mulheres tendem a praticar modelos de liderança e de poder diversos dos exercidos por homens, e as multiplicidades reforçam os estereótipos e preconceitos da sociedade.

Em outra publicação da Veja Reinaldo Azevedo: *Em novo uso ilegal do Palácio do Planalto, Dilma tenta privatizar as mulheres*, autor escreveu sobre o “Encontro com Mulheres em Defesa da Democracia” onde Dilma recebeu mulheres no Palácio do Planalto para falar sobre democracia antes da instauração do processo de Impeachment que posteriormente seria votado. *“Já esse título deveria constranger uma professora de filosofia — que se diz “filósofa”, como se fossem coisas sinônimas — como Márcia Tiburi, que estava lá. Se aquele era o encontro das mulheres “em defesa da democracia”, deve-se supor que as que defendem o impeachment ou são contrárias à democracia ou mulheres não são. Márcia levaria pau no curso Massinha I de Escolástica. [...] disse que as críticas sofridas por Dilma são “do nível do estupro político”. Esta senhora só apelou a tal metáfora porque Dilma é mulher. Assim sendo, seus adversários, se homens, são potenciais estupradores; se mulheres, condescendentes com o estupro. O nome disso é delinquência intelectual. Mas sou justo: outro dia alguém fotografou um trecho de um livro dessa Tiburi aí e me mandou, ainda da livraria, às gargalhadas. Não comprou, claro! Eu diria que ela pensa como fala e escreve como pensa. Não sei se fui muito sutil. Quando na televisão, as suas indignações primitivas eram corrigidas pelo charme ou pela inteligência de suas parceiras. Entregue ao comando do próprio cérebro, produz essas maravilhas. É espantoso que Márcia e as demais mulheres que ficaram entoando cantos contra o impeachment em pleno Palácio do Planalto, em meio a gritos de “Fora Michel Temer”, acreditem que o fato de pertencerem, digamos, ao mesmo gênero da presidente lhes confira especial competência para avaliar, por exemplo, as provas da Lava Jato. Dilma aceitou ser a serva do macho alfa, naquele que é, sim, o mais triste papel que uma mulher, diante de suas semelhantes, poderia desempenhar no poder.”*

A começar pelo título onde o autor coloca que Dilma tenta “privatizar” as mulheres, termo que pode ser interpretado com o sentido da venda de algo ou mesmo de tornar algo privativo; particular. Posterior a isso, desprestigia a capacidade profissional de Tiburi, como filósofa, aparentemente por não concordar com sua opinião. Ironiza a declaração que compara críticas feitas à Presidente com estupro, afirmando que tal associação só poderia ter sido feita por uma mulher. O colunista questiona a capacidade das mulheres da reunião para julgar provas da operação *Lava-Jato* e diz que o fato delas serem mulheres, assim como Dilma, não as faz capazes de negar tais provas, o que apesar das críticas é fato. Por fim, além de propor que a Presidente teria se rendido “ao macho alfa” (não se sabe ao certo a quem o autor se refere), relata acreditar que Dilma pode se vitimizar e diminuir por ser mulher e enfatiza o quanto isso é triste.

Foram expressivas as colocações do autor sobre Dilma e as demais participantes do encontro realizado por ela. Por outro lado, a Presidente poderia ter organizado um evento envolvendo todos os cidadãos, em defesa da democracia. A motivação de Dilma para a realização deste encontro poderia ser a de chamar a atenção para as questões de gênero que contribuiriam, em seu juízo, para o processo de Impeachment. O autor aparenta não gostar que questões políticas acabem sendo misturadas com questões de gênero, porém, acaba ele mesmo as associando. O autor dispara contra todos os que de alguma forma acreditam nisso, quando afirma que Dilma aceitou ser serva de um “macho alfa”, e diz o quando considera degradante tal condição. ele deixa perguntas no ar; quem seria o “macho alfa”? Por que haveria de existir um “macho alfa”? Para Morrison E Glinow (1990) os entraves relacionados a gênero que compõem o Teto de Vidro ainda irão dificultar profissionalmente as mulheres por muitos anos, pois, apesar

das gestoras de hoje lograrem progressos mais velozes do que suas antecessoras, muito ainda falta a ser conquistado se forem comparados os direitos já obtidos pelo gênero masculino.

Gabriel Castro para a Veja em junho de 2015 ao noticiar uma entrevista de Dilma concedida ao jornal americano Whashington Post coloca que o entrevistador citou que as pessoas classificam Dilma como excessivamente controladora e que em resposta Dilma atribui esse rótulo ao preconceito. Em resposta Dilma colocou: *“Você já ouviu alguém dizer que um presidente homem põe o dedo em tudo? Eu nunca ouvi isso. Eu acho que existe um pouco de preconceito de sexo, ou preconceito de gênero. Eu sou descrita como uma mulher dura e forte que mete o nariz em tudo em que não deveria, e eu sou (descrita como) rodeada de homens meigos”*.

Ao ser descrita como uma mulher forte, que se mete onde não deveria e rodeada por homens meigos, surgem alguns questionamentos: mulheres não devem necessariamente ser fortes? A força é uma característica que depende impreterivelmente de gênero? Sendo ocupante do cargo de presidente, Dilma não deve “se meter” em assuntos políticos referentes ao país? Por que os políticos são descritos como meigos? A meiguice é uma característica que deve ser levada em conta no caso de indivíduos que exerçam cargos políticos? O currículo e as aptidões profissionais não são o que de fato deve importar nestes casos? Dilma foi eleita, mas pode ter tido dificuldades no desempenho das atribuições presidenciais que podem ter passado despercebidas. Dificuldades estas que, talvez, um homem ocupando igual posição não enfrentaria como propõem a teoria do Teto de Vidro explicada por Steil (1997) onde apesar dos avanços obtidos pelo gênero feminino, ainda existem diversas barreiras para a plena ascensão profissional das mulheres. Por outro lado, conforme M.H. Weber (2007), também as declarações da mídia contribuem para a construção da imagem pública da governante, e a imagem pública pode ser de suma importância para a legitimação do poder conforme M. Weber (2012).

No site do jornal O Estadão foram encontrados 668 registros de publicações relacionadas com os filtros. Em uma publicação do editorial Estadão que falava sobre os desafios do presidente interino Michel Temer, em maio de 2016, em um trecho do texto que comenta a ausência de mulheres nos ministérios lê-se: *“Pode-se argumentar, sem que isso implique machismo, que a questão de gênero não interfere necessariamente no nível de qualidade de uma equipe. Pode-se argumentar, aí, sim, com despudorado machismo e tendo em vista o fiasco de Dilma Rousseff, que as mulheres já tiveram sua chance e a desperdiçaram”*.

A Coluna propõe que o gênero não interfere no nível da qualidade de uma equipe, porém, de forma antagônica a esta primeira afirmação, em seguida, com notório machismo o texto fala que com Dilma as mulheres já tiveram a sua chance na política. Se as mulheres já tiveram a sua chance e a desperdiçaram, o que parece ficar subentendido é que as mulheres não devem mais pleitear o cargo anteriormente ocupado por Dilma. Se as mulheres já tiveram a sua chance e a desperdiçaram, pode ser que segundo a Coluna Opinião, as mulheres ainda tenham que se encarregar dos espaços privados, deixando a vida pública para o gênero masculino, o que conforme relatos anteriores de Perrot (1988) vêm acontecendo historicamente através dos anos e também pelo fato de que pode parecer que as mulheres carecem de permissão para se inserirem no meio político.

Em noticiamento do pronunciamento de Dilma Rousseff, após o Senado aprovar o impeachment, no ano de 2016, Fausto Macedo escreveu em seu blog para O Estadão: *‘Pensam que nos venceram, mas estão enganados’, afirma Dilma*. Entre os trechos de destaque: *“O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento*

está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social. [...] Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. [...] O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência. [...] Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano. [...] me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles. [...] Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peça que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.”

A frase que dá nome ao título da matéria pode remeter ao pensamento da Ex-presidente de que as mulheres não foram vencidas. À parte de questões políticas e ideológicas, Dilma parece também atribuir sua cassação à questões como machismo e misoginia. A Presidente enfatiza o fato da primeira mulher a ocupar o cargo ser derrubada, na opinião dela, sem crime de responsabilidade. Dilma agradeceu o carinho das mulheres brasileiras, pedindo que as mesmas acreditem que as mulheres também podem ocupar os espaços políticos e que em sua opinião, ao ter sido eleita presidente, abriu caminhos para que outras mulheres repitam seu feito, enfatizando a questão da igualdade de gênero. Também declarou que as novas gerações saberão que sua cassação teve parte de machismo. O pronunciamento reproduz o que Dilma já vinha alegando em declarações anteriores.

Supondo que as declarações de Dilma sobre o peso da questão de gênero no decorrer de seus mandatos e no processo de Impeachment seja considerado, os dogmas da dominação e da superioridade poderiam estimular pensamentos negativos sobre as aptidões de mulheres em relação a homens e se converter em caminhos falhos (CHIES, 2010). O que corrobora com o que disse Shipani et al. (2009), que de maneira equivocada, a questão de gênero é pouco relacionada aos empecilhos estruturais da sociedade e praticamente somente aos empecilhos corporativos, onde Dilma somente teria sido cassada por crime de responsabilidade ou por fatores como interesses políticos da oposição ou questões relacionadas à operações de investigações de corrupção, sem que seu gênero tivesse parte. Sobre a questão da apropriação feminina dos espaços públicos, mesmo tendo o Brasil elegido uma mulher para a presidência da República, nosso país ainda tem números pouco expressivos da participação feminina, pois, somente uma parcela de mulheres preenche cargos de representação política, e não se sabe ao certo se as mesmas conseguem realmente exercer o poder em seus mandatos.

Blog Dora Kramer em: *Desvio de autoria* para O Estadão: “*Um dos argumentos de defesa apresentado por Dilma Rousseff aponta o preconceito de gênero para o afastamento dela. “Querem condenar injustamente uma mulher que ousou ganhar duas eleições consecutivas”. Feito protagonizado, mas não construído por ela. Os engenheiros das obras foram dois homens. A primeira erguida por Luiz Inácio da Silva. A segunda com base nas ilusões marqueteiras elaboradas por João Santana.”*

Dora parece propor que não foi Dilma quem venceu as duas eleições à que concorreu. A colunista coloca que foi Dilma quem protagonizou as vitórias, porém, atribui a primeira ao ex-presidente Lula e a segunda a João Santana, marqueteiro

eleitoral de sua campanha. Dois homens. Apesar do legado político de seu antecessor, e de um bom trabalho de marketing eleitoral, não seria Dilma, uma pessoa com considerável formação acadêmica e experiência em cargos da gestão pública, alguém capaz de vencer uma eleição por si mesma? Quais seriam as motivações para tal afirmação? Provavelmente, algumas das representantes políticas eleitas façam sucessão a homens como, por exemplo, a pais e a maridos ou às personalidades partidárias, e, tenham apadrinhamento ou mesmo demandem permissão de homens para concorrer aos cargos políticos. Este possível quadro vai ao encontro com o que foi proposto por Perrot (1988), pois a política é um espaço ao qual a participação não compete às mulheres e, as mulheres precisam de permissão para se inserir no ramo, uma vez que historicamente as relações de poder são prevalecentes entre os gêneros. O senso comum trata Dilma como uma figura que apareceu na política por conta de trabalho de bastidor de homens, trazendo mais uma vez elementos que demonstram a relação das teorias do teto de vidro e da legitimação de Weber, conforme argumento apresentado neste estudo.

Em seu blog do Estadão, Marco Aurélio Nogueira escreveu: *Dilma, o feminismo e o machismo* analisa e opina sobre falas onde que Dilma, discursando em Aracajú, em evento para defender seu mandato, reiterou as críticas que vinha fazendo ao governo Temer e acrescentou que o impeachment também seria machista, pois os políticos, em suas palavras, “acham que as mulheres são frágeis”. “Muitos acreditaram que Dilma estaria pagando alto preço por ser de esquerda e por ser mulher, uma vítima da misoginia que impera na política nacional. E todos os que a criticaram, no caso daquela frase, estariam perfilados entre seus carrascos. Machistas, portanto. [...] Dizer que o impeachment está associado ao machismo é dessas boutades que não honram nenhuma causa. Impede que se veja a realidade, a escamoteia e distorce. Converte a mulher num *subcidadão*, um ser passivo sempre submetido à exploração e à dominação masculina. Apresenta a política como uma luta entre sexos e gêneros, não entre classes e indivíduos. Seu mote principal — estou a ser afastada por um bando de homens reacionários por ser a primeira presidenta eleita pelo voto popular no Brasil — mostra bem como falta uma explicação política razoável para o que se passa no Brasil. Há que se fazer algum desconto aqui, contextualizar a fala, relativizar o tom passional. Afinal, há machismo em tudo o que respira nessa terra *brasilis*, portanto, também no impeachment. O importante é dar o devido peso às coisas, alcançar o *tertium datur*. Como Dilma não é uma pessoa qualquer, não deveria tropeçar demais. Afinal, o que se espera dela é que defenda seu mandato, e o faça com competência, pensando no futuro, nos ajudando a prepará-lo.”.

O autor parece ver com exagero as alegações de Dilma de que por trás do impeachment também existiria machismo, embora reconheça que em tudo no Brasil existe um pouco de machismo, e considera importante diminuir o peso do sexismo no processo de impeachment utilizando como forma de crítica uma possível vitimização da mulher, muitas vezes feita por mulheres consideradas feministas. Também contesta a Presidente por não dar uma explicação melhor para seu afastamento além da perseguição de gênero. O autor admite que exista machismo em tudo no Brasil, logo, a política não se abstém, mas, especificamente no processo de impeachment da Presidente Dilma para ele, esse preconceito de gênero não ocorreria de forma a ter relevância para que Dilma o pudesse citar como um motivo principal entre tantos para sua cassação sem receber críticas por dizer tal coisa.

O Estadão publicou: *Análise - Porque ser 'mulher' na política é (e não é) um fator importante*; texto que traz o debate sobre o impacto de ser mulher na política. “Ser mulher não é tudo que uma pessoa é. Diz muito pouco da trajetória individual e não deveria ser elemento significativo para a escolha (ou não) de um representante. [...]”

Não se pode comparar duas mulheres ou mesmo dois homens. Como aproximar Dilma Rousseff e Marina Silva? [...] São distintas trajetórias. O que não significa afirmar que está tudo bem no Brasil em se tratando da representação feminina no Congresso e, agora, nos ministérios do presidente interino Michel Temer. Há uma evidente deformação na democracia representativa. [...] menos mulheres deputadas e senadoras do que o Oriente Médio, ficando com a vergonhosa posição 116 no ranking com 190 países. [...] Nos habituarmos a compreender o 'ser homem' como qualidade para a política [...] para se ter neutralidade, é preciso oferecer condições equitativas de concorrência. Não há democratização de uma sociedade que não passe por uma 'igualação' dos indivíduos nos seus direitos civis, sociais e políticos. [...] Infelizmente, um(a) senador(a) e um(a) deputado(a) tem um preço para se eleger, as mulheres saem atrás, sendo preteridas aos homens pelos partidos na divisão dos recursos do Fundo Partidário e das doações de campanha. Soma-se a isso uma cultura de não participação feminina. Elas não se candidatam. Cria-se um círculo vicioso entre a falta de estímulo dos partidos para elegê-las e das mulheres que se veem distantes de conseguirem entrar nesse jogo. Um processo que se completa entre os eleitores, pouco habituados a ver mulheres concorrendo [...] se o modelo binário foi um fato social fundacional e atuante na organização social ocidental até a primeira metade do século XX, ele deixa gradualmente de ser. Em grande medida em razão do debate promovido pelas feministas e pelos homossexuais em torno da desnaturalização dos sexos [...] Foram eles os atores responsáveis pela crescente desestabilização hierárquica entre homens e mulheres denunciando sua cultural e artificial sustentação através de pesquisas denominadas de gênero. Uma contradição insolúvel em que as feministas acabam por "reforçar o tipo de pensamento que elas queriam combater". Em minha concepção, o objetivo pleno do feminismo só se realizará na dissolução da ideia da mulher em prol da ideia do ser humano."

Conforme o texto, a questão de gênero não deveria ser determinante para a escolha de representantes políticos, porém, apresenta dados para enfatizar as desvantagens que são propostas onde as mulheres enfrentariam não só no Brasil e faz comparações com outros lugares no mundo, ressaltando a pouca representatividade feminina política. Após expor a conjuntura da participação da mulher nos espaços públicos e falar dos avanços e da contribuição de grupos feministas para a questão de gênero, antagonicamente, a publicação parece propor que atualmente feministas e movimentos LGBT não colaboram para a evolução de tal cenário devido à forma como conduzem os debates, segundo a autora desafiando o atual sistema e assim, novamente segundo a autora, se contradizendo quanto aos seus objetivos, centrando o debate apenas na questão da mulher. É interessante destacar que em uma sociedade ideal e, portanto igualitária, de fato não deveria o gênero ser determinante para qualquer tipo de diferenciação ou escolha ideológica ou de meritocracia aquém da que vivenciamos. Aspectos como o gênero ainda são determinantes em muitas sociedades e, na sociedade brasileira tal situação não é expressivamente diferente, embora algumas colocações textuais atenuem o sexismo na questão profissional, onde o tema parece erroneamente estar exaurido. Porém grupos que mais defendem mudanças nesse sentido podem muitas vezes errar o tom, se segmentar ou mesmo o destorcer, radicalizando e incluindo outros elementos que não são pertinentes ao debate, não contribuindo para que os avanços necessários ocorram, embora não se possa negar a importância que os posicionamentos de grupos feministas e LGBT tiveram e têm para os avanços já adquiridos e os que ainda estão por acontecer.

No site do Correio Brasiliense foram encontrados 315 publicações com os filtros elegidos no estudo. O Ministro Marco Aurélio foi entrevistado pelo Correio Brasiliense

em julho de 2015. Entre outros temas, o magistrado fala sobre a solidão da presidente Dilma, a operação Lava-Jato e os 25 anos de atuação no Supremo. O Ministro respondeu a várias perguntas feitas pelo Correio. Ministro Marco Aurélio: *"Eu não queria estar na pele da presidente Dilma": "O que o senhor achou da declaração da presidente Dilma sobre comparar delator de agora com os dos tempos da ditadura? Prefiro a ênfase que ela deu à mandioca. Sabe que eu gosto muito de uma mandioca? Tenho plantada em casa. E é maravilhosa, é muda da Embrapa. É uma mandioca muito boa. A Dilma nunca comeu mandioca aqui em casa. O senhor a convidaria? Convidaria. Eu não queria estar na pele da presidente. Isolada do jeito que ela está e envolvida pelo sistema. Eu a tenho como uma pessoa honesta. [...] Que saída o senhor vê para essa crise? A presidente Dilma tem condições de recuperar a credibilidade? Ouvi outro dia um político muito experiente falar em algo que não é da nossa cultura: parlamentarismo. E o primeiro ministro seria, já com um poder maior do que tem agora, o vice-presidente Michel Temer. Agora, três anos e cinco meses com o governo precisando adotar medidas antipáticas. Não sei qual é a solução. Quando o senhor fala em isolamento, o senhor acha que o próprio partido já a abandonou? Acho. Tivemos, nas discussões travadas na Câmara, a revelação disso. Um partido de oposição diz não, não vamos votar enquanto o partido da situação não se definir. Vai ficar dando uma de mineiro, em cima do muro? Acho que ela está muito isolada e isso não é bom institucionalmente. Muito, mas muito isolada. E até certo ponto, há uma ultrapassagem de limites para uma retaliação em certas matérias.*

O Ministro Marco se utiliza de humor para desviar o foco da resposta à pergunta feita pelo Correio Brasiliense, ao falar sobre “mandiocas” (citando uma fala infeliz de Dilma, em um evento de jogos indígenas, onde ela saudou a mandioca e posteriormente foi amplamente criticada pela mídia) ao invés de argumentar sobre a declaração de presidente que compara os delatores de hoje com a época da ditadura. Após, acabou afirmando achar Dilma uma pessoa honesta e também que a mesma estava isolada politicamente. Marco Aurélio colocou que considerou a Presidente abandonada pelo próprio partido político e voltou a escapar de uma resposta conclusiva quando perguntado sobre uma saída para a atual crise política. Provavelmente, para não se comprometer ou pra desprestigiar a Presidente, quando esta fez uma acusação séria sobre como estariam sendo conduzidas as investigações sobre sua administração e sobre o perfil dos delatores, o Ministro resgatou a fala de Dilma sobre a “mandioca”. Quando questionado sobre uma saída para a atual crise política, o ministro comenta sobre a opinião de algum político experiente, eximindo-se de opinião pessoal, depois possivelmente, demonstrando pena da Presidente, ao falar de seu isolamento, pode estar afirmando que tal isolamento a coloca em uma situação extremamente complicada o que poderia afetar sua governabilidade.

Coluna “Política” do Correio Brasiliense *Dilma Rousseff diz, em entrevista, que país tem "veio golpista adormecido": "O Brasil tem um veio golpista adormecido". [...] Ela fez a colocação ao dizer ter certeza de que não houve um único presidente no país que não tenha sido alvo de pedidos de impeachment entregues à Câmara dos Deputados desde a redemocratização. [...] o impeachment "se tornou um instrumento sistematicamente usado contra presidentes eleitos", desde o governo Getúlio Vargas. Dilma não mencionou que em 1992 o PT, à época na oposição, apoiou o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Posteriormente, também pediu o impedimento do tucano Fernando Henrique Cardoso. [...] A presidente foi questionada sobre o que achou do voto do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), que dedicou ao general Carlos Alberto Brilhante Ustra a posição favorável ao impeachment. "Eu acho lamentável. Eu fui presa nos 70. De fato, conheci bem esse senhor ao qual ele se refere,*

foi um dos maiores torturadores do Brasil. Recai sobre ele não só acusação de tortura, mas de morte. É só ler os papéis da Comissão da Verdade e outros relatos. Lastimo que esse momento tenha dado abertura à intolerância ao ódio ou outro tipo de fala. A aventura golpista levou a uma situação que não vivíamos no Brasil, que é a de raiva, ódio, perseguição”, respondeu, com a voz embargada.[...] Questionada, Dilma disse haver um componente de machismo no processo que corre contra ela. “Tem misturado nisso tudo um grau de grande preconceito com uma mulher. Tem atitudes comigo que não teriam contra um homem”, avaliou.”

Dilma parece alegar que a instauração do processo de impeachment decorreu de todo um sentimento e uma herança política e cultural dos políticos brasileiros em tentar praticar golpes de estado para conquistar a presidência sem pleito eleitoral, justificando este fator como uma das motivações da abertura do processo que considera injusto. Para embasar esta alegação, Dilma cita mudanças no quadro presidencial em meio aos mandatos de presidentes brasileiros desde os tempos de Getúlio Vargas. Relaciona a declaração de Bolsonaro sobre Brilhante Ustra à tortura, ditadura militar e golpe de estado com o impeachment que considera uma tentativa de golpe político. Discorre sobre os sentimentos de ódio, raiva e perseguição, envoltos sob os aspectos aos quais alega ser vítima. Coloca que as injustiças praticadas contra ela, na sua opinião, também decorrem de herança cultural machista e preconceituosa contra as mulheres e afirma que muito do que aconteceu à ela não teria ocorrido de igual maneira caso fosse homem; colocando o sexismo como ingrediente que colabora com o todo do processo de impeachment. A afirmação de Dilma se baseia em uma série de episódios históricos que refletem inúmeras tentativas de tomada do poder por grupos políticos sem ocorrência de processo eleitoral, o que reflete a realidade vivida não somente no Brasil, mas também na América Latina. O juízo sobre a existência ou não de golpe fica a cargo das opiniões políticas de cada lado ao longo da história que aqui cabe analisar. É fato que o partido de Dilma também protocolou pedido de impeachment e provavelmente ela tenha omitido tal informação na tentativa de não estender sua queixa também ao seu partido. A relação feita por Dilma à tortura, ditadura, a golpistas e ao ódio, parece ser uma tentativa de reafirmar sua posição quanto ao processo de Impeachment. A manifestação de voto do deputado Bolsonaro quanto sua dedicatória a um participante do regime militar que foi torturador pode ter o objetivo de exalar um tom ameaçador ao relembrar um lado obscuro da história ao qual Dilma também participou, como presa política e vítima de tortura. Quando Dilma levanta a questão do preconceito de gênero que alega sofrer por ser mulher; levanta um problema que poucos no Brasil tem coragem de negar, mas que muitos não consideram de grande impacto para o processo de cassação presidencial.

Reportagem do Correio Brasiliense que aborda fatos políticos que ocorreram no ano de 2016 com resultados considerados negativos para mulheres no cenário político internacional, com mulheres que vinham se revelando líderes mundiais tendo derrotas políticas, bem como alguns dos motivos de tais derrotas: *“Em 31 de agosto passado, com a voz embargada, Dilma Rousseff declarou: “Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment”. Ela denunciou um golpe contra o direito das mulheres. No primeiro ano após não eleger um sucessor, a argentina Cristina Kirchner se viu às voltas com vários problemas na Justiça, os quais minaram seu capital político. Nas eleições regionais de 23 de outubro, a líder de centro-esquerda chilena Michelle Bachelet viu os rivais da direita vencerem na maior parte dos municípios. [...] Definitivamente, 2016 não foi o ano das mulheres na política internacional. Para a britânica Rainbow Murray, especialista em políticas de gênero da Queen Mary*

University of London, apesar de o gênero não ter sido o único fator dos contratemplos, ele acabou por não ajudar as líderes. “Os problemas que elas enfrentaram são, em parte, reflexos do fato de que existem mais mulheres líderes no mundo. No turbulento clima político global, os governantes de ambos os sexos enfrentaram batalhas. As mulheres são, frequentemente, avaliadas com menor valor e mais negativamente, independentemente de sua performance atual, o que as torna vulneráveis politicamente”, admitiu ao Correio”.

O texto cita uma frase de Dilma na qual ela lamenta a sua retirada da presidência salientando o fato de ser a primeira mulher a ocupar tal cargo. Tal resultado negativo é comparado aos de outras líderes mundiais que também tiveram resultados ruins em 2016. Embora seja admitido que o fator de gênero pode ter colaborado para essa série de resultados ruins para as mulheres e que o fato de ser mulher não ajudou a reverter tais resultados, a reportagem salienta que “os governantes de ambos os sexos enfrentaram batalhas”, e ao dizer que “Os problemas que elas enfrentaram são, em parte, reflexos do fato de que existem mais mulheres líderes no mundo” acaba por diminuir o peso que um possível preconceito de gênero tem nesses resultados. Porém, mesmo assim, a reportagem destaca que as mulheres são frequentemente avaliadas mais negativamente independente da sua performance e admite a existência de uma vulnerabilidade devido a isso. A reportagem destaca a coincidência de resultados ruins politicamente para várias líderes mundiais do sexo feminino, contudo, acaba dando maior destaque para o argumento de que o fato de tais líderes mundiais serem mulheres pode não ter sido a principal causa para os resultados negativos. Mesmo admitindo que o preconceito de gênero possa ter sido um dos fatores que colaborou para derrotas, a reportagem parece atenuar o peso de tal questão.

Coluna Política do Correio Brasiliense: Pré-candidata à Presidência, Dilma Rousseff tem o desafio de conquistar o voto das mulheres: “Pérolas e contas. Ministra e candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff é famosa pela habilidade com os números. Agora tenta mostrar intimidade também com o universo cor-de-rosa. Dilma insiste que pode ser mais feminina. Trocou os tons sóbrios pelas cores vivas. Personalizou discursos e reúne amigas – seja em blogs ou em almoços. Ainda assim, não conseguiu se aproximar das mulheres. Última pesquisa divulgada, a CNI/Ibope, mostra que a chefe da Casa Civil está a 12 pontos percentuais de diferença de seu adversário nas urnas, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), no conjunto das eleitoras. Ele tem 37% das intenções de voto contra 25% de Dilma. Integrantes da campanha da ministra articulam para os próximos meses ações para agradar às brasileiras e tirar, de uma vez por toda, a imagem de durona da ministra [...] Solari afirma que nem só de “Margaret Tatchers” sobrevivem as mulheres na política. Para ele, a “alma feminina” é fundamental. [...] Em seus discursos, Dilma garante que o Brasil está preparado para ter uma mulher presidente. “E as mulheres, em geral, também estão preparadas para isso”. A ministra sabe o desafio que tem pela frente. Assim como ela, as eleitoras são exigentes. A pesquisa CNI/Ibope revelou que em todas as áreas analisadas deste governo: taxa de juros, combate ao desemprego, segurança pública, combate à inflação, fome e pobreza, impostos, meio ambiente, saúde e educação o índice de reprovação das mulheres foi maior.”

O texto apresenta dados de pesquisas que mostram a então candidata Dilma Rousseff à frente nas pesquisas de intenção de voto quanto ao voto geral, mas perdendo quando analisada apenas a intenção de votos das mulheres. O autor sugere que Dilma apresenta dificuldades em causar maior identificação com o público feminino, mesmo sendo mulher, e parece ter a intenção de atribuir esse fato por não considerar Dilma muito feminina. Fala sobre a mudança no modo de se vestir da candidata e chama a

atenção ao questionar a dureza de Dilma, a comparando nesse ponto à Margaret Thatcher, considerando este um ponto forte à favor de Dilma, mas que em nada a ajuda a se aproximar das mulheres, pois, estas não possuiriam essa dureza de modo nato. Deixariam as mulheres de votar em Dilma somente por sua imagem de “dura”? Fatores como posicionamento político e ideológico não seriam também elementares para manifestação da intenção de voto?

Ao chamar a atenção sobre a dificuldade apresentada por Dilma para obter a identificação das mulheres, enquanto José Serra estaria à frente nas pesquisas de intenção do voto feminino, o autor parece atribuir isso ao fato de Dilma não se parecer tanto com uma mulher, mesmo o sendo, e, cita barreiras que a candidata teria de superar para conseguir ficar feminina, causando assim maior identificação do público em questão. Para M.H Weber (2007) na política, de forma intensa, há a disputa por espaços de evidência na mídia, e para tal disputa, são utilizadas diferentes estratégias para que vínculos sejam criados e rendam informações com boa capacidade de repercussão (em cujo processo é moldada a Imagem Pública que se deseja) nas fronteiras existentes entre harmonia e rivalidade de interesses dos sujeitos políticos. A Imagem Pública é o indicador da opinião pública e tem sua aplicação na constante competição política em conjunto com a sociedade e a mídia. Provavelmente, foi durante o período eleitoral que a imagem pública de Dilma começou a ser moldada de maneira mais intensa e posteriormente essa imagem tenha contribuído para a intenção de voto de seus eleitores. Talvez, além dos homens, as próprias mulheres tenham uma imagem estereotipada de como indivíduos do sexo feminino devam se comportar ou do que devam aparentar, a isto pode derivar a mudança das vestimentas de Dilma e a tentativa de mostrar uma “alma feminina”. O autor finaliza colocando que mulheres são mais exigentes.

Reportagem de Capa do Correio Brasiliense *O ano em que elas governaram o mundo* reportagem trás vários exemplos de acontecimentos gerais que deram destaque às mulheres no ano de 2011 e faz uma análise do primeiro ano de Dilma Rousseff como presidente do Brasil, com um foco ao fato desta ser a primeira mulher a ocupar este cargo ressaltando seus feitos na luta das mulheres por mais espaço e prestígio na política, além de citar os demais desafios enfrentados para presidente no exercício do cargo. *“Hoje faz 365 dias que Dilma Rousseff tomou posse, em uma cerimônia histórica, como a primeira mulher presidente do Brasil. Foi um ano de duras decisões. Ela teve batalhas importantes dentro do próprio governo, perdeu sete ministros por conta de acusações de corrupção. Também teve que administrar a crise econômica mundial para que a recessão não chegasse pesada ao Brasil. Em visitas ao exterior, cobrou dos governantes de países desenvolvidos e instituições internacionais maior participação das nações em desenvolvimento em decisões importantes — como o gerenciamento de crises econômicas. Nesse meio tempo, colocou um número recorde de 10 mulheres comandando ministérios. Foi a primeira mulher a fazer o discurso de abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas, ao mesmo tempo, foi criticada pelo movimento feminista por fazer pouco para a causa da mulher. Fato é que Dilma terminou o primeiro ano de mandato com 72% de aprovação individual em pesquisa realizada pela CNI/Ibope.”*

Ao analisar o primeiro ano do Governo de Dilma Rousseff a publicação elenca os principais desafios enfrentados pela presidente, tais com a crise em seus ministérios e o enfrentamento de uma crise econômica mundial, contudo, o destaque é dado para o feito de ser ela a primeira mulher a ocupar o cargo mais importante do Brasil e o que isto pode representar para as mulheres. Apesar de serem citados feitos inéditos e positivos para avanços femininos na questão da representatividade, a reportagem chama atenção para críticas que a Presidente recebeu por parte do movimento feministas por

ter feito pouco pelas mulheres em seu primeiro ano de mandato, parecendo que se esperava, na época, mais em relação a gênero, da primeira presidente mulher do Brasil. Mesmo com recorde histórico de mulheres ocupando pastas ministeriais e o feito inédito de ter sido Dilma a primeira mulher a fazer o discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, esta não foi poupada de críticas por considerarem que ainda teria feito muito pouco pela causa da mulher em seu primeiro ano de governo. Tais críticas talvez revelassem as expectativas por parte do movimento feminista que os avanços ainda eram singelos se comparados aos necessários e que não se esperava nenhum tipo de retrocesso. Neste momento, Dilma poderia estar sendo vista por mulheres como um símbolo; a anunciação de novos tempos e esperança de avanços femininos. Rousseff terminou o ano com expressivo percentual de aceitação por parte da população.

Na Folha de São Paulo foram encontradas 310 publicações relacionadas aos filtros utilizados. A primeira publicação analisada foi *Pode uma mulher governar?*. A reportagem comenta sobre as três principais líderes mulheres da América Latina: Dilma, Cristina Kirchner e Michele Bachelet, o momento que chegaram ao poder, seus desafios havendo também um comparativo entre Dilma e a nova primeira-dama do Brasil, Marcela Temer e, a questão de gênero. *“Dilma não é a única mulher no continente a ser posta diante de crises políticas entrelaçadas por discriminação de gênero, misoginia, e preconceito contra o exercício de poder feminino. [...] Dilma, Cristina Kirchner e Michele Bachelet. Três mulheres que chegaram ao poder num momento em que parecia haver alguma chance de superação das arraigadas hierarquias entre homens e mulheres na América Latina. Exatamente por isso estão sob ataque. Trata-se de pensar que as forças conservadoras crescem e se articulam – nacional e internacionalmente – ao mesmo tempo em que percebem o avanço de forças progressistas, como um jogo de forças ativas e reativas em movimento permanente. [...] #belarecatadaedolar expressou, de certa forma, esse jogo de forças ativas e reativas. Em contraposição à presidência da República exercida por uma mulher, uma revista semanal veiculou perfil da mulher do presidente interino Michel Temer, cujos atributos eram os mesmos que nos fariam voltar alguns séculos ao passado. Beleza para agradar o marido, comportamento domesticável, em ambiente familiar e caseiro. A reportagem fez eclodir um tipo de revolta [...] Dilma esteve sob ataque desde o início do seu primeiro mandato. Sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino e deputados acharam cabível chamar a chefe de estado por denominações grosseiras como “jararaca”. De certa forma, é como se sua figura austera tivesse encarnado a abjeção da sociedade brasileira em relação a uma mulher no poder. Insistentemente, ela buscou responder “sim, pode uma mulher governar”, e a cada sim produziu mais e mais reações contrárias ao seu lugar de poder. Talvez ainda estivéssemos num jogo de forças menos desigual, num retrocesso menos perturbador do que esse com o qual nos ameaçam os homens brancos que tomaram o poder. Não em nome do combate à corrupção, como ficou evidente e inegável depois da veiculação das conversas do senador Romero Jucá, mas em nome daquilo que o filósofo Jacques Rancière percebe como sendo o “ódio à democracia”: tomar o poder pelo poder, a fim de representar apenas seus próprios interesses.”*

O trecho inicia fazendo uma comparação entre Dilma, Cristina Kirchner e Michele Bachelet e a luta que as três travam contra o que a repórter chama de “forças conservadoras” que se organizam para combater a crescente dos progressistas representados pela presença das três líderes femininas. Faz uma crítica trazendo publicação midiática de Marcela Temer como exemplo, ressaltando as diferenças de perfis entre as três líderes com o de Marcela e o que acabam representando; fazendo um paralelo entre o que alguns idealizam como o modelo da mulher do presente e do futuro

e diferentemente por outro grupo representa o papel da mulher do passado. Ressalta os ataques que Dilma sofreu desde o início do seu governo; bem como os apelidos pejorativos e machistas dados à Dilma por outros políticos e sátiras publicadas na mídia, justificando que, em sua opinião tais tratamentos só aconteceram devido ao gênero de Rousseff. O texto passa uma ideia de disputa de poder entre gêneros, na qual o gênero masculino, pode temer perder terreno para o gênero feminino. Se houve um momento mais propício para a ascensão feminina na política, este momento pode estar sendo sutilmente suprimido por uma onda conservadora que corrobora com a teoria do Teto de vidro sobre as desigualdades recorrentes existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho e as barreiras sutis e que podem aparentar serem invisíveis, mas, que ocorrem no preenchimento dos espaços (STEIL, 1997). A autora questiona se realmente pode uma mulher governar, coloca que Dilma esteve sob ataque desde o início do seu primeiro mandato e que sofreu críticas por não se adequar ao estereótipo do feminino, complementa propondo que a austeridade atribuída à Presidente instigou uma abjeção dos brasileiros a presença de uma mulher no poder, onde a cada investida de Dilma para reafirmar sua posição e seu gênero produziu reações inversas. Finaliza com a opinião de que a cassação de Dilma não foi motivada em prol do combate à corrupção, citando as conversas de Romero Jucá, e sim em nome de interesses próprios.

Em outra publicação da Folha de São Paulo intitulada *"Ministra tem um lado macho"*, diz Gil. Ao comentar sobre a sua opinião a respeito da indicação de Dilma Rousseff à Casa Civil, Gilberto Gil falou sobre a personalidade de Dilma e de como à enxerga para o cargo. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, afirmou ontem em São Paulo que a ministra Dilma Rousseff, indicada para a Casa Civil, *"[...] tem uma personalidade forte, um lado macho na forma de imprimir gestão". Gil disse que "ao mesmo tempo, [Dilma Rousseff] é uma mulher. Isso é bom para civilizar um pouco, educar um pouco os agentes políticos brasileiros". Segundo o ministro, "a expectativa geral da política e da sociedade brasileira é que "Na sua avaliação, porém, "governantes têm de ser meio machos. Têm de ser fêmeos também, porque, senão, ficam desequilibrados, ficam só um lado".*

Na tentativa de ressaltar a “personalidade forte” de Dilma como um ponto positivo para a Casa Civil, Gil colocou que ela teria um “lado macho” e que ao mesmo tempo é mulher, o que serviria para “educar” e “civilizar” os políticos brasileiros. Também deu a entender que o que se espera na sociedade brasileira é que os “governantes têm de ser meio machos”, mas também “fêmeos” para que não haja desequilíbrio. Esta fala de Gilberto Gil poderia dar-se pelas características de Dilma, por vezes vista como pouco feminina, mas ainda assim mulher.

Gilberto Gil falou de equilíbrio, mas para elogiar Dilma, usou termo popular que corresponde às qualidades intituladas masculinas e que também é sinônimo para palavras como forte, vigoroso valente, e corajoso. A declaração do Ministro provavelmente foi motivada por nossa herança cultural que cultua o preconceito de gênero de forma intrínseca. Talvez, Gil acredite que de um modo geral, as mulheres não demonstrariam ou exerceriam autoridade quando em chefia e para isso demandariam “um lado macho”, provavelmente fruto do imaginário popular onde a autoridade é uma característica masculina. Para colaborar com a análise podemos citar o que diz Steil (1997), que homens são menos propensos a encarregar mulheres à realização de projetos desafiadores do que são inclinados a confiar tais incumbências a outros homens, mesmo que os candidatos à provável mudança de cargo sejam de um e de outro sexo e possuam currículos semelhantes. A afirmação de Steil pode se justificar por esta segregação de qualidades masculinas e femininas.

Folha de São Paulo *Quem manda sou eu*, Ferreira Gullar. Texto publicado em 2014 onde o colunista critica a Presidente Dilma pelo uso do termo “presidenta” e por colocar um número elevado de mulheres em cargos importantes do governo. “*Vejo com muita simpatia o fato de mulheres assumirem altos cargos na administração pública [...] Se não vi com a mesma simpatia a ascensão de Dilma Rousseff à presidência do Brasil foi porque se tratava de uma invenção do Lula. Além do mais, ela insiste em ser chamada de presidenta. Mas se trata de uma mulher íntegra, ainda que durona. Não sei se ela sabe, mas chamá-la de presidenta é motivo de troça por muita gente, até mesmo por muitos daqueles que votaram nele [...] Uma imposição tola, descabida, já que ninguém em sua vida, antes de Dilma, jamais chamou uma mulher de presidenta, palavra feia, que até parece insulto [...] Me sinto constrangido quando vejo, na televisão um senador, um deputado, um ministro, dirigir-se a ela chamando-a de presidenta. Este meu constrangimento vem de saber que nenhum daqueles senhores, por sua livre e espontânea vontade, a chamaria assim[...] Se agora o fazem é porque ela os obriga a isso, e aí daquele que desobedecer. Agora, pensemos. O cara é senador ou deputado, estudou, formou-se na faculdade, tem mulher, filhos e amigos que nunca o ouviram pronunciar esta inusitada palavra e, de repente, o escutam dizendo isso, sabendo que se trata de uma imposição da Dilma. É um troço chato ou não é? [...] No princípio pensei tratar-se de uma esquisitice da Dilma, ou, quem sabe, um modo extravagante de afirmar o seu feminismo – Que vem manifestando desde de o primeiro dia de seu governo, ao entregar alguns cargos importantes não a homens, mas a mulheres[...] É claro que não basta ser mulher para ser competente, e honesta, tampouco tem sentido pensar, como antigamente, que as mulheres, só servem para cuidar da casa e dos filhos. E é por pensar assim que tampouco me agrada o feminismo sectário, que parece orientar as nomeações feita por Dilma para cargos importantes. Como a atuação dessas senhoras nem sempre se mostrou muito brilhante, fica a impressão de que não foram escolhidas por sua competência, e sim por pertencerem ao sexo feminino. Mas até aí essas decisões da presidente não me chocaram. O que me chocou mesmo foi constatar que a imposição de que a chamem de presidenta não é um simples capricho; é, na verdade, a expressão de um temperamento impositivo que não conhece limites. É o que se deduz da lei por ela assinada que obriga o país inteiro a submeter-se a uma tolice: trata-se da lei nº 12.605/12, 3, de abril de 2012, que diz o seguinte: “As instituições de ensino público e privado expediram diplomas e certificados com a reflexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada”. Ou seja, gostando ou não, em vez de gerente você será gerenta, em vez de assistente você assistente [...] É por aí vai. Acontece que essa lei é de 2012 e parece que não pegou. Pois é, felizmente no Brasil nem toda lei pega.”*

O colunista inicia afirmando que possui simpatia pelo preenchimento de cargos de maior importância na administração pública por mulheres, porém, não viu com igual “simpatia” a presença de Dilma no poder, pois julga que sua candidatura se deve a Lula, tal opinião pode ser derivada de posicionamento político pessoal do autor uma vez que Ferreira Gullart afirma ser ela uma pessoa “íntegra ainda que durona”. Suas críticas estão centradas em uma aparente indignação ao desejo de Dilma da utilização do termo “presidenta” ao invés do usual “presidente” adjetivo e substantivo usual para dois gêneros; e que apesar de ter sido instituído por lei, parece considerar ortograficamente errado e expõe que a Presidente promulgou tal lei devido à um capricho e uma extravagância de afirmar seu feminismo e que com tom ameaçador não admitiria contrariedades no emprego de termo diferente de “presidenta”. Fala que os homens que são políticos estudaram, se formaram na faculdade, tem mulher, filhos e amigos que nunca o ouviram pronunciar esta palavra e que isto deve ser chato.

A palavra *durona* novamente aparece nos textos. Para alguém que é simpático aos avanços das mulheres na política, o colunista demonstra certo desconforto quanto às escolhas de Dilma por mulheres para cargos em seu governo questionando a competência de tais mulheres e fala de um “feminismo sectário” por parte da governante. Diferente do que propõe Ferreira Gullar, os políticos em grande parte não tem ensino superior, embora sejam homens e de meia idade; com esposas e filhos, afinal no Brasil a maioria quase absoluta de políticos é homem. Pode ser considerado errôneo o emprego do termo “presidenta” na língua portuguesa, porém, Rousseff pode ter em vista a intenção de marcar a presença feminina no poder, uma medida política e que segundo o repórter causa constrangimento intelectual aos políticos.

Para a Folha de São Paulo Angela Alonso escreveu: *Gênero, número e grau*. Publicação de 2016 faz análise sobre as inúmeras dificuldades históricas enfrentadas pelas mulheres na sociedade, até dias de hoje, enfatizando os atuais desafios, da atual realidade política brasileira. *“É assim desde de Adão e Eva, Bentina e Capitu,. No Genisis, é da mulher o pecado original – provar da árvore do conhecimento -, punindo com as dores do parto. Dom Casmurro, supondo-se traído, mata socialmente a esposa com a pena de exílio. A dominação patriarcal é traço da cristandade em geral e de nossa sociedade em particular. O fenômeno causa consternação episódica, quando descamba violência física extrema, vide o espancamento que converteu Maria da Penha – a homenageada no nome da lei – em paraplégica, [...] Casos assim chocam. Mas logo a mídia e a opinião pública se enfastiam. Sobram as feministas, apenas toleradas e tidas por chatas recalçadas. No cotidiano sem graça, longe das câmeras, volta a toada, que pouco mudou desde os tempos de Machado de Assis. [...] Supremacia física, moral, profissional, financeira dos homens sobre as mulheres. O noticiário associa a dominação de gênero a pancadões de gente pobre e ignorante. Mas ela não se apega a classes. É transversal. Nos estratos altos se camufla. Entre cultos ganha licença poética. Puxe pela memória; Roman Polanski, Gerald Thomaz, Johny Depp, Alexandre Frota. O ultimo jamais elaboraria justificativas no nível dos primeiros, mas o ato é o mesmo.[...]Fugir do roteiro é perigoso[...] O fenômeno cliva a vida publica. Em outdoors, revistas, propagandas de televisão, o jovem é o predador, a moça o objeto de sedução e domínio, duas coisas confundidas. Já as mulheres mais velhas ou com filhos aparecem como chiliquentas. O rebaixamento intelectual e emocional delas torna normal, e que eles ganhem mais e ocupem mais cargos de chefia. É assim na economia como na política. O congresso esta lotado de machos: perfazem 90% dos parlamentares. Assim fica difícil ter uma presidente. Não é a toa o “tchau querida”. O país parece mais confortável sob o ministério masculino – de provector, brancos, em maioria suspeitos de corrupção. A ausência de mulheres é a cereja do bolo de um governo anti-moderno. A Temer nem ocorreu convidá-las, ante críticas, abriu-lhes departamentos “femininos”: cultura, educação. Na Secretaria da Mulher alocou senhora recatada, comprometida com Deus e contra o aborto. O BNDS é só a exceção a justificar a regra. É abissal a diferença em relação às administrações petistas, que deram postos-chave para mulheres e espaço para a agenda feminista. Mas como todos os assuntos, este é complexo. Parte das mulheres contribui para a reprodução do esquema que as subjuga. É o caso de mocinhas como a primeira-dama temporária, ex-miss e do lar, que se casam com senhores endinheirados e poderosos. Desde a primeira pose de Dilma, as duas foram comparadas, uma Barbie, outra cafona; uma flor, outra trator. Eis ai os estereótipos se repondo. Ou executiva sexy, ou a carreira ou os filhos, ou anjo ou puta, ou do lar ou a rua. Escolhas que nunca se colocam para os homens. [...] Temer segue na idade media. Neste tempo residem muitos de seus apoiadores, crentes na hierarquia de gênero como mandamento divino. Vociferam em favor da*

moralidade pública desde que ela reproduza a que perpetram na vida privada. Contra a dominação masculina não baterão panelas. O utensílio serviu contra uma mulher. Decerto pensam que as outras todas devem se restringir a usá-las na cozinha.”

Desde o resgate histórico e cultural, a publicação traz uma visão desanimadora sobre a realidade das mulheres e suas lutas históricas, assim como sobre as expectativas de novas conquistas. Esmiunça a questão da violência contra as mulheres no Brasil e no mundo revelando o quão forte são o preconceito e a violência contra o gênero feminino, independente de classe econômica. Ao focar sobre as questões do preconceito de gênero na política, expressa sua visão do quão grave é a situação feminina, colocando-a como tendo pouca expectativa de melhoras para as mulheres no atual contexto. Com as mulheres tendo um rebaixamento intelectual e emocional por parte da sociedade; um percentual de 90% dos parlamentares brasileiros sendo do sexo masculino e com a remuneração sendo maior para os homens, para a autora, fica difícil que mulheres possam chegar à presidência do país. Há a alegação de que Dilma desde seu primeiro dia como presidente sofreu comparações pejorativas, até mesmo em relação a então vice-primeira-dama, Marcela Temer (que para as camadas mais conversadoras da sociedade, era um exemplo do estereotipado modelo de mulher ideal) a principal delas; tais comparações sobre vestimentas e aparência física não são comumente feitas entre homens. Para Ângela, contrariamente ao que se esperava, Dilma se atreveu a colocar-se na posição de um homem; uma posição de chefia. Encerra trazendo a questão do “tchau querida” (bordão repetido nas manifestação pró Impeachment) propondo que este foi proposital, pois o país aparenta ficar “mais confortável sob o ministério masculino – de prolectos, brancos, em maioria suspeitos de corrupção” e a forma de protesto que se tornou tradicional no último mandato de Dilma, a de bater panelas, chamando atenção ao fato de tais protestos não mais acontecerem, sendo a panela objeto tradicionalmente utilizado por mulheres para atividade igualmente atribuída à mulheres; a de cozinhar, ilustrando a perpetuação da polarização entre gêneros.

A mídia parece noticiar os acontecimentos ligados a violência e preconceito de gênero, mas de forma moderada onde o papel de ativismo caberia ao movimento feminista cuja sociedade apenas toleraria e parte das mulheres contribuiria para a reprodução do esquema que as subjuga. Dilma é uma mulher mais velha e as mulheres mais velhas ou com filhos seriam retratadas como *chiliquentas*, Rousseff recebeu inúmeros adjetivos desqualificadores que são somados a seu gênero e características, portanto, a ex-presidente apresentaria um conjunto de fatores que não favoreceriam sua legitimação de dominação. Conforme a teoria Weberiana onde a dominação é concebida no momento em que um propósito do agente dominador é provado para que interfira nas ações dos sujeitos dominados; o dominador alcança seu objetivo, a dominação, quando os dominados se adaptam a intenção apontada e a fazem tal qual um fim próprio, sem que tenham a grandeza de que este propósito é o particular do dominante (M. WEBER, 2012). Ainda conforme M. Weber (2012) o domínio se mostra operativo sobre os mandados conforme fatores como a intuição, a inspiração ou a persuasão racional e também pela associação de tais fatores que são determinantes para que ocorra a resposta esperada pelos mandatários. Logo, se Dilma não tiver apresentado inspiração, identificação e persuasão racional, a legitimação do poder dela pode não ter ocorrido do ponto de vista da teoria. Seria interessante analisar para qual perfil de dominação Dilma penderia mais se carismático, tradicional ou racional-legal e se logrou êxito em exercê-lo.

Na Folha de São Paulo, leitora critica incoerência da oposição sobre o ritmo do impeachment. Em seu site, a Folha de S. Paulo oferece espaço para os leitores se manifestarem, e publica a opinião de leitores em destaque. Entre outros temas, as

opiniões publicadas falam sobre o ritmo do processo Impeachment e sobre a alegação de que o impeachment esteja ocorrendo também devido ao preconceito de gênero. *“Até outro dia, o discurso da oposição, com o qual eu concordo, era o de que o país não aguentava mais o prolongamento da crise, de que era celeridade na abertura do processo de impeachment. Agora, parece que a “urgência” sumiu. Querem protelar a decisão para o ano que vem. Cadê a coerência? A serenidade? A responsabilidade? [...] Já tem feminista dizendo que Dilma esta ameaçada de impeachment também por ser mulher. Não custa lembrar que tanto Dilma no Brasil como Cristina Kirchner na Argentina só chegaram ao poder por obra e graça de seus homens, um marido lá e um padrinho aqui. Bem diferente Margaret Thatcher na Inglaterra ou de Angela Merkel na Alemanha, mulheres respeitadas por conta própria. A questão não é, pois, de gênero, mas de meritocracia. E de personalidade. Uma triste combinação de mediocridade com arrogância pode azarar tanto a presidência de um homem, como Fernando Collor, como a de uma mulher Dilma Rousseff.”*

Se argumenta que o grupo político que representava oposição ao governo de Dilma Rousseff, em um primeiro momento pedia maior velocidade da condução do processo de impeachment, porém agora trabalha sem pressa e considera o fato como falta de coerência. Alega-se que “um grupo de feministas” atribui o fato Dilma ser mulher como fator motivacional para a possibilidade de seu afastamento. O texto compara Dilma com a ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner e afirma que ambas só chegaram ao poder graças ao “apadrinhamento” de homens e trás p foco para duas líderes europeias, que segundo o autor teriam chegado ao poder por méritos próprios; finaliza com uma possível associação Dilma a Fernando Collor e sua arrogância e mediocridade.

Uma das leitoras questiona a falta de coerência de um grupo de políticos sobre o ritmo do processo de impeachment, a outra não aceita a alegação de que Dilma esta ameaçada também por ser mulher, e a compara com Cristina Kirchner alegando que ambas só chegaram ao poder graças ao apadrinhamento de homens, o que pode ser um fator a ser considerado sobre a dificuldade das mulheres de galgar espaços na política. Na mesma linha de raciocínio, a fala distingue líderes latino-americanas de líderes europeias, porém o que não se analisa neste momento são as possíveis diferenças culturais poderiam ser determinantes para a trajetória das líderes europeias. Diferente do que consta no texto, em biografia da ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher, na qual fica claro a importância que seu marido teve para o início de sua carreira política. O texto também parece afirmar que o problema de Dilma seria a mediocridade e a arrogância e neste momento a parece haver uma comparação com Fernando Collor.

A seguir passa-se a abordar as considerações finais deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas demonstram que colunistas, no livre exercício da expressão, carregam suas publicações de juízos de valor sexistas e podem ter grande influência nas concepções que o povo forma a cerca de um líder. Entre outros fatores, a imagem pública de Dilma parece ter sido construída em grande parte pelas declarações da mídia a seu respeito. Desde a época em que ainda era ministra, adjetivos e termos como “durona” já eram empregados para descrever a personalidade de Dilma. Por vezes o ser “durona” foi visto como positivo e por vezes considerado característica inapropriada; geralmente quando levado em conta seu gênero. Quando elogiada, Rousseff também recebeu adjetivos como “macho” o que ressalta a questão de gênero. Dilma foi comparada com homens por sua personalidade e com o estereótipo feminino;

quando de sua postura de durona, diferente do que deve ser uma mulher e quanto à sua idade, vestimentas, tipo físico e aparência à mulheres mais jovens.

As críticas mais duras constantes nas publicações são feitas por homens, porém também há mulheres que falam sobre a falta de protagonismo de Dilma em relação ao ex-presidente Lula e atribuem sua vitória nas eleições presidenciais a seu apadrinhamento, o que pode de fato ter acontecido, mas remete ao pensamento de que as mulheres necessitariam de permissão ou ajuda masculina para candidaturas e vitórias políticas. Existe a suposição de que outras líderes mulheres também só lograram êxito devido ao suporte de figuras masculinas. As colunistas falam muito sobre a questão de gênero e a realidade desigual vivida por governantes mulheres na política. Quem coloca a questão de gênero em pauta, via de regra, também acaba a atenuando, pois se acredita que em uma sociedade ideal, igual em direitos e deveres, o indivíduo, seja homem ou mulher seria o centro da questão e não mais este ou aquele gênero. Todavia, embora haja avanços ainda não vivenciamos plenamente tal realidade e o preconceito de gênero ainda permeia a sociedade e seus espaços. Colunistas e jornalistas mulheres parecem ser mais adeptas à máxima de que o debate sobre poder e gênero ainda não está exaurido. O emprego do termo “Presidenta” parece provocar descontentamento entre os colunistas. Embora possa ser considerado ortograficamente equivocado, tal termo pode ter sido elegido por Dilma como uma forma de afirmação da figura da mulher no poder.

Conclui-se que o conceito de Poder e Legitimidade de Max Weber e a teoria do Teto de Vidro de fato se associam e se complementam; onde a teoria do Teto de vidro trás mais um elemento passível de observação nas nuances do poder: o gênero. A teoria da Legitimidade não versa sobre a influencia do gênero, porém, a teoria do Teto de Vidro cita os entraves que passam quase imperceptíveis e como muitas colocações ao longo das publicações propuseram, são erroneamente julgados como já superados. Cabe aqui enfatizar esta questão, pois se o preconceito de gênero há muito já tivesse sido superado, as alegações desvinculadas de ideologias políticas não se deteriam a comparar Dilma com mulheres mais jovens por beleza ou vestimentas; ou mesmo sua postura firme usando palavras como ”macho” e “durona” por exemplo; a terminologia Presidenta provavelmente usada por Dilma para marcar a presença feminina, como já dito, não causaria tanto incômodo nos parlamentares, e entre outros fatores.

Até mesmo a instauração do Impeachment foi vista por Dilma e por parte da sociedade como tendo sido motivada entre outros fatores, também pela questão de gênero. Logo, se pode atestar que os direitos conquistados pelas mulheres no que diz respeito à elegibilidade e à possibilidade de provimento de cargos públicos podem sim conter rupturas. Os mandatos de Dilma foram legítimos e amparados do ponto de vista legal, mas parece que lhe faltou legitimidade de poder do ponto de vista sociológico. A política aparenta ainda não reconhecer em plenitude a legitimidade no exercício do poder por parte de uma mulher, mesmo que de forma encoberta; sutil e tal situação pode ter sido agravada para uma mulher cujo perfil destoa do estereótipo feminino tradicional. A associação das teorias trouxe elementos para o entendimento do papel do preconceito de gênero em publicações da mídia que por noticiar textos com foco em características de gênero e também de preconceito de participou da construção da imagem pública da ex-presidente.

Acerca das limitações do estudo, não foram analisadas charges, bem como reportagens e publicações de redes sociais e blogs pessoais onde o juízo de valor de jornalistas e colunistas poderia ser mais amplamente analisado devido ao tempo para a realização da pesquisa e à expressiva quantidade de material a ser analisado (o que poderia ser proposto para um estudo futuro), também não foram considerados veículos de notícias estrangeiros que também podem ter contribuído para a imagem pública de

Dilma. Para estudos futuros seria interessante analisar para qual perfil Dilma teria pendido mais: se carismático, tradicional ou racional-legal; como ocorrem os mandatos de parlamentares mulheres e como estas veem a participação feminina na política. Este trabalho pode contribuir para os estudos sobre Teto de Vidro que ainda se mantém largamente focados na área privada; para pesquisas na área da administração pública e sobre o cenário atual em que se encontram as mulheres na política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**. 3ª Ed. Editora EDUCS. Caxias do Sul-RS. 2010.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Rev. Estud. Fem.** vol.18 no.2 Florianópolis Mai/Ago. 2010

DENZING, Norman K. e LINCON, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens** Editora Artmed. Porto Alegre-RS. 2006

GIL, Antonio Carlos **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. 5ª Edição. São Paulo-SP. 2010

GUAZINA, Liziane. O Conceito de Mídia na Comunicação e na Ciência Política: desafios interdisciplinares. **REVISTA DEBATES**. v.1. n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Porto Alegre-RS

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**. v.9, n.1, p. 253-267. 2001. Florianópolis-SC. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso em: 22 Set. 2016. doi: 10.1590/S0104-026X2001000100015

MORRISON, Ann M. and GLINOW Mary Ann Von. Women and Minorities in Management. **American Psychologist**. The American Psychological Association. Vol. 45. n.2. p.200-208, February 1990.

ORLANDI. Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 5ª Editora Pontes Campinas-SP. 2003

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

SCHIPANI, Cindy A. DWORKIN, Terry M. KWOLEK-FOLLAND, Angel. MAURER, Virginia G. **Pathways for women to obtain positions of organizational leadership: the significance of mentoring and networking**. in Duke Journal of Gender Law & Policy. Volume 16. P.89-136. 2009

STEIL, Andréa Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica — compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**. São Paulo. v.32, n.3, p.62-69, julho/setembro 1997

WEBER, Maria Helena. **O espetáculo político-midiático e a partição de poderes**. Disponível em http://projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos_externos/Artigo_MariaHelenaWeber.pdf Acesso em 5 de Jan de 2007.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Albino (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. EDUFBA/ Editora UNESP. v. C741, p. 259-308. Salvador-BA. 2004

WEBER, Maria Helena. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **ECO-Pós**, v.12, n.3, setembro-dezembro. p.11-26. 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad de Regis Barbosa e Karen Elsaben Barbosa; ver. Tec. De Gabriel Cohn. 4ª edição. 3ª reimpressão . Editora Universidade de Brasília. Brasília-DF. 2012

NOTAS

ⁱ Fernando Collor de Melo ex-presidente Brasileiro que sofreu processo de Impeachment nos anos 90
ⁱⁱ Categoria desenvolvida por WEBER, Maria Helena em 1999 (em tese de doutorado sob orientação de Prof.Dr. Antônio Fausto Neto).

APÊNDICES

[Redacted content]